

HERCULANO, Alexandre. *O bobo*. São Paulo: Ática, 1997.

Cristina Souza Sales de Meira Zauli
Universidade Federal de Minas Gerais

Com uma recente edição, (Editora Ática, São Paulo, 1997) da obra *O bobo*, de Alexandre Herculano, abre-se uma nova oportunidade para que o leitor brasileiro possa conhecer o magistral trabalho do escritor português, produto de uma inteligência altamente amadurecida, nutrida por grande cultura literária e histórica. Herculano, criador do romance moderno e da ciência histórica em Portugal, foi muito além de historiógrafo e romancista, tal como é largamente conhecido. Verdadeiramente, é na fusão destes dois – o historiador e o romancista – na criação de seus romances históricos, que Herculano levanta duas das principais bandeiras de sua obra: a perceptível intenção da preservação da memória nacional de seu país e o questionamento a respeito da verdade oculta na fronteira entre história e ficção. A esse respeito,

Herculano deixou o seguinte texto, datado de 1840, três anos antes da primeira publicação de *O bobo*, na revista *O Panorama*:

A Novela ou História, qual destas duas cousas é a mais verdadeira? Nenhuma, se o afirmarmos absolutamente de qualquer delas. Quando o caráter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos, as tradições e as crônicas desenharam esse caráter com pincel firme, o noveleiro pode ser mais verídico do que o historiador; porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o gênio do povo que passou pelo do povo que passa. Então de um dito ou de muitos ditos ele deduz um pensamento ou muitos pensamentos, não reduzidos à lembrança positiva, não

traduzidos, até, materialmente; de um facto ou de muitos factos deduz um afecto ou muitos afectos, que se não revelaram. Esta é a história íntima dos homens que já não são; esta é a novela do passado. Quem sabe fazer isto chama-se Scott, Hugo ou De Vigny, e vale mais e conta mais verdades que boa meia dúzia de bons historiadores.

Ao lermos *O bobo*, ficção sobre a formação da nação portuguesa, consome-nos uma curiosidade de ler os registos tratados como verídicos, feitos pelo próprio Herculano, em sua *História de Portugal*. Se o fizermos, encontraremos um dado a mais na leitura deste romance: o carácter ensaístico com que o autor descreve os fatos históricos na narrativa ficcional de *O bobo*, em contraposição ao tratamento de carácter científico dado aos mesmos fatos na *História de Portugal*. Exemplos de tal afirmação encontramos tão logo na introdução do romance: os efeitos da morte de D. Afonso VI, bem como o governo de D. Urraca, descritos imparcialmente e em detalhes na *História de Portugal*, aqui encontramos resumidos e antecidos pela opinião do autor, que adjectiva às vezes pejorativamente um fato ou um período da história: “A história do governo de D. Urraca, *se tal nome se pode*

aplicar ao período do seu predomínio, nada mais foi do que um tecido de traições, de vinganças, de revoluções e lutas civis, de roubos e violências” (p.13, itálicos meus).

A primeira intenção do autor, que se deixa transparecer na obra, é a tentativa de revitalização do sentimento de nacionalidade no leitor português do século XIX. Quando Alexandre Herculano escreveu seus romances, Portugal estava enfrentando, além de guerras civis, outros problemas de ordem moral e econômica, como a Independência do Brasil, que significava perda de riqueza e principalmente da posição de potência imperialista dentro da Europa. Algumas digressões do autor na introdução da obra já denotam esta intenção:

Quais seriam hoje de feito as relações do Oriente e do Novo Mundo com o Ocidente, se Portugal houvesse perecido no berço? Quem ousará afirmar que, sem Portugal, a civilização actual do género humano seria a mesma que é? [...]

Mas no progresso da civilização humana tínhamos uma missão que cumprir. Era necessário que no último ocidente da Europa surgisse um povo, cheio de actividade e vigor, para cuja acção fosse insufficiente o âmbito da terra

pátria, um povo de homens de imaginação ardente, apaixonados do incógnito, do misterioso, armando balouçar-se no dorso das vagas ou correr por cima delas envoltos no temporal [...], devendo ter em recompensa unicamente a glória. E a glória dele é tanto maior quanto, encerrado na estreiteza de breve limites, suprimido no meio dos grandes impérios da Terra, o seu nome retumbou por todo o globo. (p.17)

Herculano vale-se da introdução da obra para dar vazão a várias digressões acerca do valor de seu país, ao mesmo tempo em que dirige seu texto abertamente àqueles que, como ele, possam dar sua contribuição à preservação da memória cultural de Portugal, seja como historiador, seja como artista (ele empenhou-se em fazê-lo das duas maneiras). Sobre a contribuição dos cientistas em história, diz:

Pobres, fracos, humilhados, depois de tão formosos dias de poderio e renome, que nos resta senão o passado? Lá temos os tesouros dos nosso afectos e contentamentos. Sejam as memórias da Pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afectos da nacionalidade. *Que todos aqueles a quem o engenho e o*

estudo habilitam para os graves e profundos trabalhos de História se dediquem a ela. No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime. (p.19, itálicos meus)

Sobre a contribuição dos artistas (o que certamente inclui os escritores de romances), Herculano diz o seguinte:

E a arte? Que a arte em todas as suas formas externas represente este nobre pensamento; *que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eco das eras poéticas da nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda a parte o grande vulto dos seus antepassados. Ser-lhe-á amarga a comparação. [...] homens de arte, aspergi de suave licor a borda da taça onde está o remédio que pode salvá-lo. (p.19, itálicos meus)*

Herculano dedicou-se, portanto, a “duas formas diferentes” de narrar a história de seu país. A primeira, resultante da intensa atividade historiográfica por ele desenvolvida, está registrada em obras como *História de Portugal* ou *Portugalia*

Monumenta Histórica. A segunda, direcionada a um público diferente daquele a quem dirigiu seus trabalhos científicos, mas que, certamente, abrangia um maior número de leitores, tinha claramente um sentido social e uma função educativa. É principalmente nesse forma de narrar a história, que Herculano verdadeiramente exercia seu “sacerdócio”, sua “magistratura moral”. Herculano, em suas pesquisas para a reconstrução da história portuguesa, certamente teve acesso não só aos documentos encontrados nos mosteiros de seu país, mas também às lendas, a documentos não oficiais e à história narrada por outros povos que participaram da formação étnica da Península Ibérica. É de todo este conhecimento que vem a cor tão densa de seus cenários, as descrições quase cinematográficas que consegue realizar, a riqueza ímpar de suas obras.

Outras formas de intervenção na vida social de seu tempo, Herculano realizou por meio de panfletos e também por textos publicados na revista *Panorama*, que era o órgão divulgador de uma *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. *O bobo*, por exemplo, circulou nas páginas desta revista e numa edição-pirata brasileira de 1866, tendo sido publicado apenas em 1878, após a morte do autor.

O que parece ser a outra intenção do autor, isto é, o questionamento a respeito da fronteira entre história e ficção, em *O bobo*, é realizado com maestria por Herculano, através da fusão de vários planos da ironia. Em primeiro lugar, podemos citar a *carnavalização*, com a inserção da figura de um bobo da corte como aquele a quem a história de Portugal devesse grande parcela de responsabilidade em sua Independência. Outro fator na construção da ironia presente na obra é a sátira aos costumes e à sociedade da época:

O cárcere do castelo era quase sempre uma propriedade mais valiosa e produtiva que todas as terras, vilas herdades e direitos anexos àqueles ninhos de pequenos tirano: era uma espécie de laboratório de alquimia verdadeira, onde a pobreza do judeu, jurada e tresjurada pela toura, se convertia em chuva áurea (p.129)

Outro plano da ironia que vem favorecer o da carnavalização e, conseqüentemente, dar liberdade ao autor na exposição de opiniões e conhecimentos, é o da criação do discurso narrativo, através da escrita jocosa de Herculano em várias passagens da obra: “E não era lá nenhum grande homem: era um vulto de pouco mais de quatro

pés de altura, feio como um judeu, barrigudo como um cónego de Toledo; imundo como a consciência do célebre arcebispo Gelmires [...]” (p.23).

A ironia como forma de questionar a fronteira história-ficção tem seu ponto crucial na escolha da personagem principal, o bobo, como símbolo vivo da paródia, do mundo paralelo da Idade Média, personagem com livre penetração nas diversas camadas sociais e cujo ofício era o de dizer as “verdades” não-oficiais. Eis, portanto, a relação simbólica deste romance com a história: *O bobo* está para a *História de Portugal* (ambos do mesmo autor) assim como o bobo da corte está para o mundo medieval; é a personificação da paródia oficial, muitas vezes dizendo as verdades que não podiam ser ditas por outras fontes: “Coisa incrível, por certo, mas verdadeira como a própria verdade. Palavra de romancista!” (p.23). Há uma digressão do autor a respeito da função social do bobo, que vem corroborar tais afirmativas:

Mas no meio do silêncio tremendo de padecer incrível e de sofrimento forçado, um homem havia que, leve como a própria cabeça, livre como a própria língua, podia descer e subir a íngreme e longa escada do privilégio, saltar em todos

os degraus dela uma voz de repreensão, punir todos os crimes com uma injúria amarga, e patentear desonras de poderosos [...]. Este homem era o truão. O truão foi uma entidade misteriosa da Idade Média. Hoje a sua significação social é desprezível e impalpável; mas então era um espelho que reflectia cruelmente sincero, as feições hediondas da sociedade desordenada e incompleta. O bobo, que habitava nos paços dos reis e dos barões, desempenhava um terrível mistério. Era ao mesmo tempo juiz e algoz; mas julgando, sem processo, no seu foro íntimo, e pregando, não o corpo, mas o espírito do criminoso no potro imaterial do vilipêndio. (p.26)

Algumas questões relativas à fronteira entre história e ficção são sutilmente apresentadas à reflexão dos leitores, em *O bobo*. O heroísmo com que são coroados certos personagens históricos, por exemplo, é uma destas questões. Herculano sugere, em uma passagem da obra que “um herói” da história de Portugal teria sido levado à revolução não por razões ideológicas, mas por razões sentimentais. Verdadeiramente, a revolução estava em segundo plano, a vida pessoal é que estava em primeiro:

Qual seria o tumulto de afectos que passavam pela alma do mancebo, facilmente suporá o leitor. Todos eles se resumiam num só: o de ver Dulce. Era este o único ponto que descobria no horizonte do seu futuro, e era este unicamente que ele queria descortinar. O resto pertencia à ventura. (p.113)

A tentativa **ficcional** de explicar a **histórica** vitória da Batalha de S. Mamede, e a fuga de D. Teresa e Fernando Peres do Castelo de Guimarães é outra de suas reflexões acerca das “verdades históricas”. Este preenchimento das lacunas históricas através do artifício da carnavalização não seria também uma insinuação de que a História não conhece todos os personagens, e por isto não é a exata expressão da verdade?

Mas porque não procuraram os vencidos amparar-se dentro dos fortes muros e torres do Castelo de Guimarães? É o que não diz a história. Pouco importa: di-lo-emos nós. A história não conheceu Dom Bibas, e Dom Bibas, muito em segredo o revelamos aqui aos leitores, nos oferece a chave deste mistério. (p.141)

Ou seja, para Herculano, o romance histórico poderia apresentar verdades, até mais do que a própria

história. Isto é reiterado, por exemplo, numa passagem em que Herculano refere-se aos historiadores como pessoas mais comprometidas com a política que com a verdade:

Devemos crer, ao menos piamente, que o conde Henrique, na época em que alevantou o Castelo de Guimarães, não lançou nos fundamentos de seu edifício soberbo um cárcere seguro e vasto com os intuitos de rapina que guiavam o comum dos senhores nestas tristes edificações. Ainda que algum documentinho de má morte provasse o contrário cumpria-nos pô-lo no escuro, ou contestar-lhe francamente a autenticidade, porque o conde foi o fundador da monarquia, e a monarquia desfunda-se uma vez que tal coisa se admita. Assim é que há-de escrever a história, e quem não o fizer por este gosto, evidente é que pode tratar de outro ofício. (p.129)

A conclusão a que chegam os leitores mais críticos da obra de Herculano é que a história relata o que a ética dos historiadores permite registrar, ou ainda, o que se deixa transparecer:

À vista dos homens, ele saberia esconder o seu delírio e morrer com firmeza; mas, na solidão,

a saudade de uma existência cheia de amor e de esperanças, a vergonha de suplício afrontoso, e o temor da morte lhe não consentiam velar-se diante de si próprio com a máscara que a vaidade e o orgulho põe na face humana ainda nas mais terríveis situações, para que a vida seja uma contínua farsa, da qual o coração é o actor mentiroso desde o berço até o sepulcro. (p.132)

O bobo, através de tais reflexões, leva o leitor a pensar no papel que cada um – indivíduo comum, mas

com espírito cidadão – possa vir a desempenhar na construção da história e da nacionalidade de seu país. Herculano, abrindo esta porta, tenciona mudar a relação do leitor português com a sua história, levando-o ao reconhecimento da grandeza de sua nação, ao fortalecimento de seu espírito patriótico, mesmo num momento de guerra civil, pois seus romances retratam igualmente momentos de guerra no país, mostrando ao leitor, que desses momentos fez-se a história digna de orgulho do povo português.